

Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI) – versão para debate

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

SECRETARIA DE MODALIDADES ESPECIALIZADAS DE EDUCAÇÃO

**DIRETORIA DE POLÍTICAS PARA MODALIDADES ESPECIALIZADAS DE EDUCAÇÃO
E TRADIÇÕES CULTURAIS BRASILEIRAS**

COORDENAÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO INDÍGENA, QUILOMBOLA E DO CAMPO

**MEMBROS TITULARES DA COMISSÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESCOLAR
INDÍGENA**

APRESENTAÇÃO

A instituição do I Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI) marca o compromisso da União, dos Estados, dos Municípios e dos Conselhos de Educação em apoiar e implementar as vinte e cinco deliberações da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI), realizada em março de 2018, com o tema “Sistema Nacional de Educação e a Educação Escolar Indígena: regime de colaboração, participação e autonomia dos povos indígenas”.

A II CONEEI constituiu-se como instância máxima de consulta aos representantes dos povos indígenas e de construção de proposições que devem orientar políticas e programas educacionais para a Educação Escolar Indígena em todas as esferas governamentais. Foi o resultado das articulações realizadas pelo movimento indígena, pela Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) e demais fóruns de lideranças e de professores indígenas no País. A sua realização resultou também das deliberações encaminhadas pela I CONEEI, ocorrida em 2009.

A última década apresentou importantes avanços na política de Educação Escolar Indígena. Em 2010, foi criada a Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI), composta por representantes governamentais, da sociedade civil e dos povos indígenas. Em 2011, foi publicada a Lei nº 12.416, de 9 de junho de 2011 que alterou a LDB para dispor sobre a oferta de educação superior para os povos indígenas. Em 2012, foram publicadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 5). Em 2013, foi instituído o Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais (PNTEE); criado o Programa Bolsa Permanência e instituída e regulamentada a Ação Saberes Indígenas na Escola. Em 2014, foi convocada a II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena. Em 2015, foi criado por professores indígenas o Fórum Nacional de Educação Escolar Indígena (FNEEI) e realizada pelo Governo Federal a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, onde o tema mais debatido foi a Educação Escolar Indígena.

Embora o desafio de garantir o pleno acesso à educação de qualidade e às condições de permanência tenha passado a ser reconhecido como uma agenda estratégica para o país, grupos sociais historicamente excluídos da educação, como as populações indígenas, ainda enfrentam enormes desafios para efetivação de seus direitos. O reconhecimento da diversidade sócio-étnico-cultural dos povos indígenas representa um grande desafio para a promoção de políticas de equidade, que busquem dar a todos as mesmas condições de igualdade, em um cenário de desigualdade social. As diferenças que se transformam em desigualdades não podem ser celebradas, mas sim combatidas por meio de práticas e políticas que fortaleçam a cidadania, promovam equidade, qualidade educacional, inclusão sócio educacional, eliminação de preconceitos e discriminação, enfrentamento das desigualdades e valorização das diferenças e da diversidade desse segmento da população mais vulnerável socialmente pelo baixo acesso e permanência às oportunidades educacionais.

Diante desse contexto, o I Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI) foi elaborado em parceria com os membros da CNEEI e debatido em Audiências públicas com atores da Educação Escolar Indígena (EEI) em 2019. Tem como premissas os avanços e os desafios da política de Educação Escolar Indígena da última década; a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, ratificada e promulgada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 143/2002 e Decreto nº 5.051/2004; a Constituição Federal; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB); as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica; a Base Nacional Comum Curricular (BNCC); o Plano Nacional de Educação; os Planos Estaduais e Municipais de Educação e demais orientações normativas.

Em articulação com o Plano Plurianual (PPA) período 2020 a 2023, com a Lei Orçamentária Anual (LOA) e considerando a ação colaborativa para a garantia da EEI estabelecida nas Diretrizes Curriculares Nacionais da EEI, o I PNEEI apresenta objetivos, metas e iniciativas para o Ministério da Educação, Secretarias de Educação e Conselhos de Educação implementarem nesse período de quatro anos. A necessidade de vincular as iniciativas e metas do PNEEI às ações orçamentárias do PPA de 2020 a 2023 parte da necessidade de dar

viabilidade às ações do I PNEEI e da preocupação em estabelecer um novo planejamento de ações a cada ciclo de quatro anos do PPA.

Como as políticas de EEI são efetivadas por meio da articulação entre os diferentes sistemas de ensino, de acordo com as competências constitucionais e legais estabelecidas em regime de colaboração, conforme definem as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Resolução nº 5/2012/Título V, Seção I, é fundamental a elaboração de *Planos Estaduais de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena*, que integrarão o conjunto de iniciativas do I PNEEI.

INTRODUÇÃO

No dia 19 de junho de 2018, foi realizada a 1ª Reunião Ordinária da CNEEI nesse ano, tendo como pauta a avaliação da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI) e a proposição de estratégias para implementar as 25 propostas priorizadas na Conferência.

Como encaminhamento dessa reunião, foi proposta a elaboração de um Plano de Implementação das Propostas da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena, em parceria com os membros da CNEEI, aqui apresentado como I Plano Nacional de Educação Escolar Indígena (PNEEI), segundo orientação da nova gestão no MEC.

O I PNEEI apresenta os seguintes objetivos: implementar as propostas deliberadas na II CONEEI; fortalecer o regime de colaboração entre os entes federados, a participação social, a transparência das ações e a gestão por resultados, constituindo-se em instrumento de monitoramento, avaliação e controle social da EEI.

Em 2009, foi publicado o Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009, que dispõe sobre a Educação Escolar Indígena e define sua organização em territórios etnoeducacionais. Esse

Decreto define os objetivos da Educação Escolar Indígena e estabelece em seu Art. 14 que o Ministério da Educação coordenará a implantação, o acompanhamento e a avaliação da EEI, respeitada a autonomia e mantidas as responsabilidades e competências dos entes federativos. Nesse sentido, o I PNEEI orientado pelas diretrizes estabelecidas no referido Decreto e pelos planos estaduais e municipais de educação, estabelece os seguintes macro desafios:

- Organizar a EEI com a participação dos povos indígenas, observada sua territorialidade e respeitando suas necessidades e especificidades;
- Valorizar as culturas dos povos indígenas e suas diversidades étnicas;
- Fortalecer as práticas socioculturais e da língua materna de cada comunidade indígena;
- Manter programas de formação de profissionais da educação que atuam em comunidades indígenas;
- Apoiar o desenvolvimento de currículos que valorizem os conteúdos culturais dos povos indígenas;
- Apoiar a elaboração, publicação e distribuição de material didático específico, intercultural e bilíngue;
- Apoiar a afirmação das identidades étnicas e os projetos societários definidos de forma autônoma por cada povo indígena.

Considerando o funcionamento do regime de colaboração entre a União, os estados e municípios, as ações articuladas do Ministério da Educação, das Secretarias de educação estaduais e municipais e dos Conselhos de Educação formam um conjunto de sessenta e sete iniciativas, distribuídas em metas e organizadas a partir de sete eixos estratégicos: I – Gestão da Educação Escolar Indígena e Regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica; II – Territórios Etnoeducacionais; III – Infraestrutura; IV - Práticas pedagógicas e material didático; V – Valorização e formação de professores indígenas; VI - Oferta da Educação Escolar Indígena e do Ensino Superior; VII - Sistema de Avaliação da Educação Escolar Indígena.

METODOLOGIA UTILIZADA NA ELABORAÇÃO DO I PNEEI

Para a elaboração do I PNEEI, utilizou-se a metodologia do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de elaboração de modelo lógico de configuração de desenho de programas, apresentada na Nota Técnica nº 6, de setembro de 2010. A metodologia parte da enunciação de problemas e identificação de suas causas críticas para se chegar a um desenho de ação governamental. No I PNEEI, os problemas foram baseados nos temas das 25 propostas priorizadas na II CONEEI e agrupados em sete eixos. Busca-se assim orientar a gestão para o alcance de resultados, a fim de garantir as mudanças pretendidas nas situações-problema.

Após a elaboração da versão preliminar do I PNEEI, o Ministério da Educação propôs a realização de reuniões presenciais e por videoconferência com os membros da CNEEI e a realização de Audiências Públicas regionais, a fim de garantir a elaboração coletiva do Plano, estabelecer consenso a partir da consulta a diversos atores da EEI e comprometimento dos gestores federais, estaduais e municipais com a execução do I PNEEI.

A organização das Audiências Públicas da EEI se dará em seis momentos: I - Reunião com os membros da Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena (CNEEI) por videoconferência, em 30/04/2019; II - Audiência Pública na região Norte em Manaus/AM, em 22 e 23/05/2019; III - Audiência Pública na região Nordeste em Recife/PE, em 06 e 07/06/2019; IV - Audiência Pública nas regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste em Belo Horizonte/MG, em 27 e 28/06/2019; V - Reunião da CNEEI para fechamento do I PNEEI, de 25 a 27 de setembro de 2019 em Brasília/DF; VI - Lançamento do I PNEEI em Brasília/DF, em novembro de 2019.

O público convidado a participar das audiências será composto por professores, estudantes e gestores indígenas; organizações indígenas e indigenistas; sistemas de ensino estadual e municipal; Instituições de Ensino Superior; Comissão Nacional de Educação Escolar Indígena; Conselho Nacional de Educação (CNE); Conselhos estaduais e municipais de Educação; Secretarias e Autarquias do MEC; Funai; Ministério Público Federal; Conselho Nacional de Secretários de Educação – Consed; União Nacional dos Dirigentes Municipais de

Educação – Undime; União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – Uncme; Fórum Nacional dos Conselhos Estaduais de Educação - FNCEE e demais órgãos que atuam com a Educação Escolar Indígena nos respectivos estados da federação.

As audiências serão organizadas conforme metodologia descrita a seguir: I - Abertura Oficial; II - Palestra de abertura: Balanço da II CONEEI e perspectivas para a Educação Escolar Indígena em 2019; III - Apresentação do I PNEEI; IV - Grupos de Trabalho (GTs) sobre os Eixos do I PNEEI; V - Sistematização; VI - Plenária e deliberações.

Durante as Audiências Públicas, o MEC apresentará e pactuará metodologia e calendários de elaboração dos Planos Estaduais de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Escolar Indígena, que serão enviados para o MEC, em 2019, para compor o I PNEEI, a ser lançado em novembro de 2019. O Ministério da Educação, além de apoiar tecnicamente a construção desses planos, apoiará financeiramente iniciativas específicas.

O processo de formulação do modelo lógico do I PNEEI e a metodologia de consulta contribuem para garantir as seguintes condições:

- ✓ Identificação dos problemas da EEI e de suas causas críticas;
- ✓ Definição clara dos pressupostos lógicos da ação do poder público;
- ✓ Definição clara dos objetivos e resultados esperados das ações propostas;
- ✓ Identificação de indicadores relevantes de desempenho;
- ✓ Fortalecimento do regime de colaboração;
- ✓ Fortalecimento do controle social a partir da consulta informada a diversos atores da EEI;
- ✓ Comprometimento dos gestores do plano com o que for pactuado.

DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Abaixo serão apresentados os sete eixos do I PNEEI, construídos a partir das vinte e cinco deliberações da II Conferência Nacional de Educação Escolar Indígena (CONEEI), das diretrizes, metas e estratégias do Plano Nacional de Educação PNE (Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014), do Documento final da 1ª Reunião ordinária da CNEEI em 2018.

Eixo I – Gestão da EEI e Regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais da EEI

Este eixo diz respeito à insuficiência de espaços de gestão e representação da educação escolar indígena nos sistemas de ensino e à falta de autonomia das escolas indígenas para a oferta de uma educação específica e diferenciada. Entende-se que essa situação esteja diretamente ligada à inobservância e à falta de regulamentação pelos sistemas de ensino das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 5 de 2012). Essa resolução normatiza os princípios e regras que devem reger a organização da EEI; a elaboração dos projetos políticos-pedagógicos das escolas indígenas; a organização curricular; a formação e profissionalização dos professores, entre outros temas.

Em relação ao ato de regularização das escolas indígenas, sabe-se, segundo o Censo Escolar 2018, que 284 escolas indígenas não estão regularizadas por seus sistemas de ensino e 743 estão com seus processos de regulamentação em tramitação. Portanto, 1.027 das 3.345 escolas indígenas, ou 31% do total de escolas, ainda não estão regularizadas. Para além do ato de regularização em si, importa saber se as legislações e as práticas locais que orientam os processos de regularização no âmbito dos Conselhos de Educação estão em conformidade com as Diretrizes Nacionais que regem a modalidade e com outras normativas da EEI.

Embora ainda não se tenha um diagnóstico preciso acerca de como se dá o processo de regularização das escolas indígenas no âmbito de cada sistema de ensino, sabe-se que muitas escolas indígenas são desrespeitadas em suas especificidades o que acaba por dificultar a elaboração de projetos educativos autônomos e específicos.

O resultado final esperado com a execução do Eixo I é a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica nos Conselhos de Educação dos sistemas de ensino que oferecem EEI e a mudança de práticas de gestão da modalidade, de forma a ensinar a gestão organizada, participativa e em conformidade com as Diretrizes do CNE. Espera-se assim garantir a autonomia necessária para que as escolas indígenas ofereçam uma educação específica e diferenciada.

Eixo II – Territórios Etnoeducacionais

Este eixo diz respeito aos motivos da baixa institucionalidade da política dos TEEs, devido à sua diversidade e complexidade político-administrativa. Criada pelo Decreto nº 6.861 de 2009 e reconhecida pelo Plano Nacional de Educação 2014-2024 (Artigo 7º, Parágrafo 4º), essa política não logrou incorporar esses novos espaços interinstitucionais ao ciclo de políticas públicas da Educação Escolar Indígena, apesar de ter reunido e pactuado 25 dos 41 territórios projetados.

Destaca-se como problema central a dificuldade de uma ação articulada entre as entidades partícipes, referenciada nas perspectivas e reivindicações dos povos indígenas, para construção de um novo paradigma de gestão da Educação Escolar Indígena, efetivada em um regime de colaboração específico, conforme estabelecem a Constituição Federal de 1988 e o Decreto nº 6.861/2009. Foram identificadas como causas críticas dessa situação: dificuldade do MEC em cumprir o papel de coordenador da política dos TEEs, conforme estabelece o inciso II do art. 24 da Resolução nº5/2012; dificuldades para se realizar as reuniões das comissões gestoras nos termos do decreto 6.861/2009 e para se garantir o compromisso dos gestores em relação às ações pactuadas nos planos de ação.

A dificuldade de operacionalizar duas reuniões ordinárias por ano, em cada TEE, está relacionada à incapacidade de financiamento dos entes públicos devido às dificuldades logísticas para deslocamento dos membros das comissões. Diz respeito também à incapacidade institucional do MEC de coordenar essas 82 reuniões (2 reuniões ordinárias por ano, por TEE) de forma centralizada.

Além disso, a baixa institucionalidade da política dos TEEs tem como causa crítica a dificuldade em se garantir o compromisso dos gestores com as ações pactuadas nos planos, dado o “descolamento” entre o planejamento e os mecanismos de financiamento das ações.

Eixo III – Infraestrutura

Neste eixo são apresentadas iniciativas para adequação da infraestrutura das escolas indígenas às especificidades da EEI, considerando a existência de prédios escolares, equipamentos, merenda, acesso à energia elétrica e transporte escolar necessários ao funcionamento adequado das unidades escolares. Entende-se que na origem dos problemas deste eixo estão a falta de capacidade de gestão dos entes e os entraves burocráticos de programas que não contemplam as especificidades das diferentes realidades indígenas, em que pese a discussão sobre a suficiência do volume de recursos e a carência de consulta prévia para construção de escolas.

Nesse sentido há duas experiências em curso cujos aprendizados serão replicados em outros programas e estendidos a outras regiões geográficas: o GT de construção das escolas do Rio Negro, relacionada à busca de soluções para a construção de edificações escolares indígenas e a Comissão de Alimentos Tradicionais dos Povos da Amazônia (Catrapoa), relacionada à regionalização da merenda escolar no estado do Amazonas. Em ambas as iniciativas, fica clara a necessidade de se discutir interinstitucionalmente as exigências burocráticas para viabilizar os projetos e a necessidade de acompanhamento técnico e capacitação in loco.

Segundo o Censo da Educação Básica 2018 (INEP), 1.029 escolas indígenas não funcionam em prédios escolares; 1.970 escolas não possuem água filtrada; 1.076 escolas não possuem energia elétrica; 1.634 escolas não possuem esgoto sanitário; 3.077 escolas não possuem biblioteca; 3.083 escolas não possuem banda larga.

Com relação aos dados sobre infraestrutura das escolas indígenas, o Censo escolar 2018 apresenta os seguintes dados:

Quadro 1 – Infraestrutura básica das escolas indígenas por região geográfica

Região	Total de escolas indígenas	Prédio escolar		Energia elétrica		Esgoto sanitário		Laboratório de informática		Laboratório de ciências		Biblioteca		Internet	
		Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%	Qtd.	%
Brasil	3.345	2.316	69,23	2.269	67,83	1.711	51,15	229	6,84	17	0,50	268	8,01	493	14,73
Norte	2.186	1.420	64,95	1.183	54,11	866	39,61	69	3,15	5	0,22	108	4,94	96	4,39
Nordeste	656	453	69,05	620	94,51	396	60,36	57	8,68	1	0,15	70	10,67	148	22,56
Sul	169	142	84,02	169	100	165	97,63	37	21,89	8	4,73	50	29,58	108	63,90
Sudeste	74	70	94,59	74	100	67	90,54	12	16,21	74	100	8	10,81	46	62,16
Centro-Oeste	260	231	88,84	223	85,76	217	83,46	54	20,76	3	1,15	32	12,30	95	36,53

Censo Escolar Inep/MEC/2018

O funcionamento de unidades em prédios escolares perfaz um total de 2.316 (69%) das 3.345 escolas indígenas. As regiões Norte e Nordeste apresentam a menor porcentagem de escolas funcionando em prédios escolares, respectivamente, 65% e 69%, enquanto a região Sudeste apresenta a maior taxa (94,59%) de unidades funcionando em prédios escolares.

As escolas indígenas das regiões Sul e Sudeste possuem 100% de acesso à energia elétrica, enquanto a região Norte possui apenas 54% de acesso. As escolas indígenas das

regiões Sul e Sudeste possuem, respectivamente, 98% e 90% de acesso à energia elétrica, enquanto a região Norte possui apenas 39,61% de acesso.

As estruturas físicas de suporte ao aprendizado das ciências, informática e linguagens encontram-se praticamente ausentes nas escolas indígenas. Somente 6,84% das escolas indígenas possuem laboratórios de informática, 0,50% contam com laboratórios de ciências, 8,01% possuem bibliotecas e 14,73% tem acesso à internet.

Quadro 2 – Escolas indígenas sem prédios por unidade federativa

Região	UF	Quantidade de escolas	Quantidade de unidades sem prédios escolares
Norte	Amazonas	1.073	401 (37%)
	Rondônia	105	33 (31%)
	Roraima	391	211 (54%)
	Amapá	62	22 (35%)
Nordeste	Bahia	69	9 (13%)
	Maranhão	338	182 (54%)
	Pernambuco	148	5 (3%)
Centro-Oeste	Mato Grosso	197	27 (14%)
Sudeste	São Paulo	45	2 (4%)
Sul	Santa Catarina	38	3 (8%)

Censo Escolar Inep/MEC/2018

Eixo IV - Práticas pedagógicas e material didático

Este Eixo diz respeito à adequação das práticas pedagógicas e do material didático às especificidades da Educação Escolar Indígena. Para tanto, apresenta iniciativas à carência e inadequação de Projeto político-pedagógico nas escolas indígenas e à inadequação de matrizes curriculares interculturais e carência de produção, publicação, distribuição e divulgação de

materiais didáticos e paradidáticos interculturais, bilíngues, multilíngues e específicos para as diferentes etapas e modalidades de ensino da EEI, conforme estabelece a Resolução nº 5/2012. A formação de professores, embora seja um dos pilares da prática pedagógica, está tratada em outro eixo.

A Educação Escolar Indígena, por ser projeto coletivo e intercultural, deve estar ancorada em PPPs construídos pelas comunidades educativas nos termos do artigo 14 da Resolução CNE/CEB nº 5 de 2012. O complexo processo de construção dos PPPs, assim como dos currículos, demanda, além da formação dos professores para este fim, a criação de condições de gestão e participação diferenciadas pelos sistemas de ensino, entre outras ações, como a atualização e ampliação do referencial curricular da Educação Escolar Indígena.

Segundo dados do Censo Escolar 2018, 1.546 (46%) do total de escolas indígenas não utilizam material didático específico. Além do desafio de se integrar a produção desse material à formação dos professores, é preciso definir diretrizes para produção e avaliação desses materiais, além de adequar os mecanismos de financiamento para a impressão em pequena escala.

Eixo V – Valorização e formação de professores indígenas

Destacam-se como problemas identificados no Eixo 5: a inexistência da carreira de professor indígena nas redes públicas de ensino e a oferta insuficiente de formação inicial e continuada de professores indígenas conforme estabelecem, respectivamente o Art. 21 e o Art. 20 da Resolução nº 5/2012 e a Resolução nº 1/ 2015, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores Indígenas em cursos de Educação Superior e de Ensino Médio. Foram definidas como causas críticas desses dois problemas: a falta de regulamentação da Resolução nº 5/2012 e da Resolução nº 1/2015 nos Conselhos de Educação e a baixa capacidade de atendimento pelas Instituições de Ensino Superior (IES) para formação de professores indígenas.

O Censo Escolar de 2018 registra a presença de 22.166 profissionais escolares em sala de aula na EEI. Desses, 7.787 profissionais possuem formação em nível superior e 13.625, em nível médio. Em relação à situação funcional, tem-se 4.426 profissionais concursados/efetivos e 17.510 com contratos temporários. Assim, a demanda por formação específica em nível superior é ainda bastante alta.

Eixo VI - Oferta da EEI e de Ensino Superior

Destaca-se como problema do Eixo 6 a baixa oferta específica e intercultural de educação infantil, ensino médio, educação profissional, EJA e ensino superior para os povos indígenas. São causas críticas: inexistência de referencial de educação infantil indígena; baixa oferta de educação profissional e de educação de jovens e adultos para os povos indígenas e dificuldade em planejar cursos superiores específicos para indígenas em virtude da inexistência de demanda e de mercado de trabalho específico indígena. Espera-se aumento da oferta específica e intercultural de educação infantil, ensino médio, educação profissional, EJA e ensino superior para os povos indígenas.

Eixo VII - Sistema de Avaliação da EEI

Destaca-se como problema do Eixo 7 a inexistência de um sistema de avaliação da EEI, que atenda às especificidades das comunidades indígenas garantindo-lhes o reconhecimento das normas e ordenamentos jurídicos próprios, conforme estabelece a Resolução nº 5/2012. Foram selecionadas como causas críticas: a inexistência de indicadores interculturais no Censo Escolar; a inexistência de Censo escolar específico e a inexistência de avaliações que comportem especificidades da EEI no Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB).

OBJETIVOS, INICIATIVAS E METAS DO I PNEEI

Eixo 1 – Gestão da EEI e Regulamentação das Diretrizes Nacionais

Resultado final esperado: Regulamentação das Diretrizes Nacionais nos Conselhos de Educação e gestão organizada e participativa da EEI.

Objetivo 1: Apoiar a gestão da EEI nas redes de ensino.

Iniciativa	Responsável	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Fazer diagnóstico de espaços de gestão da EEI nas redes de ensino	CGIQC/DMESP	-	Espaços de gestão mapeados	Mapear os espaços de gestão das secretarias estaduais, municipais de educação	-	-	-	Não se aplica
Criar site específico da EEI para disponibilizar informações sobre a organização da EEI e política dos TEEs	DTI/MEC	CGIQC/DME SP	Site da EEI criado	Planejar o site da EEI com a DTI/MEC	Disponibilizar site da EEI	Atualizar informações	Atualizar informações	A definir

Criar espaços de gestão e representação específicos da EEI nos estados, municípios e Distrito Federal	Secretarias de Educação dos estados, municípios e DF	MEC/FNDE	Espaços de gestão criados	Criar Grupos de Trabalho nas secretarias de educação para debater a criação de espaços de gestão e representação indígenas				A definir e PAR (mobiliário)
---	--	----------	---------------------------	--	--	--	--	------------------------------

Objetivo 2: Diagnosticar, acompanhar e regulamentar as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica, Resolução CEB/CNE nº 5/2012, nos Conselhos municipais e estaduais, principalmente quanto à criação de carreiras de professor indígena nas redes de ensino; credenciamento de escolas indígenas e elaboração e reconhecimento dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPPs).

Iniciativa	Responsável	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Fazer diagnóstico de legislações estaduais e municipais que regulamentam as Diretrizes do CNE nos Conselhos estaduais e municipais	CGIQC/DMESP	-	Legislações estaduais, municipais que regulamentam as Diretrizes do CNE nos Conselhos estaduais e municipais	Contratar consultoria para mapear e analisar legislações estaduais e municipais que regulamentam as Diretrizes do CNE nos Conselhos de educação	-	-	-	A definir
Acompanhar a regulamentação das Diretrizes do CNE nos Conselhos estaduais e municipais	Secretarias de Educação dos estados, municípios e DF	Conselhos de Educação	Legislações estaduais, municipais e distritais em regulamentação					

Fazer diagnóstico da regulamentação de carreiras de professor indígena nas redes de ensino	CGIQC/DMESP		Regulamentação de carreiras nas redes mapeada	Mapear carreiras de professor indígena nas 27 secretarias estaduais de educação	Mapear carreiras de professor indígena nas secretarias municipais de educação com apoio das SEDUCs	-	-	A definir
Fazer diagnóstico de escolas indígenas credenciadas	CGIQC/DMESP		Escolas indígenas credenciadas mapeadas	Mapear escolas indígenas credenciadas no Censo da Educação Básica de 2019	Mapear escolas indígenas credenciadas no Censo da Educação Básica de 2020	Mapear escolas indígenas credenciadas no Censo da Educação Básica de 2021	Mapear escolas indígenas credenciadas no Censo da Educação Básica de 2022	Não se aplica
Acompanhar o credenciamento e definição de ato de criação de escolas indígenas nos Conselhos de Educação	Secretarias de Educação dos estados, municípios e DF	Conselhos de Educação	Escolas indígenas credenciadas					
Fazer diagnóstico da adequação dos PPPs e dos fluxos de elaboração pela comunidade escolar e aprovação nos Conselhos Estaduais de Educação	CGIQC/DMESP		PPPs adequados e aprovados	Contratar consultoria para mapear e analisar a adequação dos PPPs e dos fluxos de elaboração pela comunidade escolar e aprovação nos Conselhos Estaduais de Educação (por amostra)	Contratar consultoria para mapear, analisar e sugerir adequação dos PPPs e dos fluxos de elaboração pela comunidade escolar e aprovação nos Conselhos Municipais de Educação (por amostra)	-	-	A definir
Elaborar PPPs das	Secretarias de Educação dos	Conselhos de						

Escolas Indígenas	estados, municípios e DF	Educação						
Acompanhar o reconhecimento dos PPPs das escolas indígenas nos Conselhos de Educação	Secretarias de Educação dos estados, municípios e DF	Conselhos de Educação						

Objetivo 3: Elaborar Documento orientador sobre a regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Iniciativa	Responsável	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Elaborar Documento Orientador sobre as Diretrizes do CNE	CGIQC/DMESP		Documento Orientador sobre as Diretrizes do CNE elaborado	Criar e divulgar Documento Orientador sobre as Diretrizes do CNE	Divulgar Documento Orientador sobre as Diretrizes do CNE para as redes de ensino	-	-	Não se aplica

Objetivo 4: Formar gestores, conselheiros de educação e professores indígenas sobre gestão da EEI e regulamentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena na Educação Básica.

Iniciativa	Responsável	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução em 2019				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Formar gestores, conselheiros e professores, principalmente, sobre a importância da regulamentação de carreiras de professor indígena nas redes de ensino; credenciamento de escolas indígenas; elaboração e reconhecimento dos PPPs; superação de entraves burocráticos e de gestão relacionados à infraestrutura e importância da organização da EEI em espaços de gestão e representação.	CGIQC/DMESP FNDE	Secretarias de Educação dos estados, municípios e DF	Encontro nacional com secretários estaduais de educação, conselheiros e professores indígenas	Visitas técnicas de consultores	1 Encontro Nacional e visitas técnicas de consultores	Webconferências	Webconferências	A definir

Eixo 2 – Territórios Etnoeducacionais

Resultado final esperado: Regime de colaboração operando de acordo com o imperativo de consulta e com a territorialidade dos povos indígenas.

Objetivo 1: Apoiar e realizar reuniões das Comissões dos TEEs.

Iniciativa	Responsável	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Republicar o Decreto dos TEEs com as devidas alterações necessárias ao seu funcionamento (autônomo) das regiões	DMESP	Secretarias Estaduais, Municipais, IES, Organizações indígenas,	Decreto Publicado	Publicar o novo decreto				
Atualizar composição das Comissões, mapeando organizações indígenas e indigenistas da EEI	CGIQC/DMESP		Portarias de cada TEE com composição atualizada	Publicar 1 Portaria de cada TEE com composição atualizada	Rever a necessidade de atualização das Comissões	Rever a necessidade de atualização das Comissões	Rever a necessidade de atualização das Comissões	A definir
Organizar as reuniões das Comissões Gestoras dos TEEs, com base em mapas logísticos	Secretarias de Educação dos estados, municípios e DF	CGIQC/DMESP e FNDE						
Definir e estruturar mecanismos de financiamento para realizar reuniões dos TEEs	CGIQC/DMESP		“Cardápio” de financiamento das reuniões com desenho de fluxos, prazos e recursos	Elaborar 1 “Cardápio” de financiamento das reuniões em 2020	Elaborar 1 “Cardápio” de financiamento das reuniões em 2021	Elaborar 1 “Cardápio” de financiamento das reuniões em 2022	Elaborar 1 “Cardápio” de financiamento das reuniões em 2023	A definir

Realizar reuniões das comissões dos TEEs	Secretarias de Educação dos estados, municípios e DF	CGIQC/DMESP	Reuniões in loco ou ampla campanha de comunicação com atores da EEI	1 Reunião em cada TEE sobre coordenação das agendas das comissões, atualização dos diagnósticos e dos planos de ação	1 Reunião em cada TEE sobre coordenação das agendas das comissões, atualização dos diagnósticos e dos planos de ação	1 Reunião em cada TEE	1 Reunião em cada TEE	A definir
--	--	-------------	---	--	--	-----------------------	-----------------------	-----------

Objetivo 2: Apoiar e elaborar Planos de ação de forma a garantir compromisso dos gestores locais.

Iniciativa	Responsável	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução em 2019				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Definir metodologia de elaboração de diagnóstico e de plano de ação dos TEEs com consulta à comunidade	CGIQC/DMESP		Documento contendo metodologia de elaboração de diagnóstico e de plano de ação	Elaborar metodologia dos planos de ação	Divulgar metodologia de elaboração de diagnóstico e de plano de ação para os TEEs	-	-	Não se aplica
Definir e estruturar mecanismos de financiamento para executar planos de ação	CGIQC/DMESP		"Cardápio" de financiamento dos planos de ação com desenho de fluxos, prazos e recursos	Elaborar 1 "Cardápio" de financiamento dos planos de ação em 2020	Elaborar 1 "Cardápio" de financiamento dos planos de ação em 2021	Elaborar 1 "Cardápio" de financiamento dos planos de ação em 2022	Elaborar 1 "Cardápio" de financiamento dos planos de ação em 2023	A definir
Elaborar ou revisar Planos de ação com participação indígena	Secretarias de Educação dos estados, municípios e	CGIQC/DMESP e FNDE	Planos de ação elaborados e revisados					

	DF							
Montar rede de interlocutores nas secretarias estaduais	CGIQC/DMESP		Rede montada	Montar Rede AAE (E-Proinfo) com a equipe das secretarias estaduais	Montar Rede AAE (E-Proinfo) com a equipe das secretarias estaduais	Montar Rede AAE (E-Proinfo) com a equipe das secretarias estaduais	Montar Rede AAE (E-Proinfo) com a equipe das secretarias estaduais	A definir
Articular políticas do Governo Federal	CGIQC/DMESP		Agenda de trabalho com outros órgãos do governo federal	Pesquisar políticas do Governo Federal	Montar agendas interministeriais	Montar agendas interministeriais	Montar agendas interministeriais	Não se aplica

Objetivo 3: Monitorar a implementação dos TEEs.

Iniciativa	Responsável	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Estruturar sistema de monitoramento e avaliação dos TEEs	CGIQC/DMESP		Sistema de monitoramento e avaliação dos TEEs	Definir indicadores	Elaborar sistema de monitoramento e avaliação dos TEEs	Monitorar e avaliar TEEs	Monitorar e avaliar TEEs	A definir
Estruturar redes com os gestores locais dos TEEs	CGIQC/DMESP	Secretarias de educação estaduais, municipais e DF	Agenda de trabalho com gestores locais dos TEEs	Estruturar agenda de trabalho e ambiente virtual de compartilhamento de informações E-Proinfo	Manter a rede	Manter a rede	Manter a rede	A definir

Eixo 3 – Infraestrutura

Resultado final esperado: Infraestrutura adequada da EEI.

Objetivo 1: Mapear entraves burocráticos à adequação da infraestrutura.

Iniciativa	Responsável	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Criar GT de avaliação e adequação das normas do FNDE à infraestrutura de escolas indígenas	CGIQC/DMES P e FNDE		GT de acompanhamento dos programas de infraestrutura do FNDE	Realizar reuniões com o FNDE para acompanhar o PNATE, PNAE, Caminho da Escola e construção de escolas e sugerir a criação de GT	Reuniões do GT	Reuniões do GT	Reuniões do GT	Não se aplica
Avaliar como são utilizados os recursos do PAR para infraestrutura	CGIQC/DMES P		Relatórios do PAR	Elaborar relatório do PAR sobre investimento em infraestrutura	Elaborar relatório do PAR sobre investimento em infraestrutura	Elaborar relatório do PAR sobre investimento em infraestrutura	Elaborar relatório do PAR sobre investimento em infraestrutura	Não se aplica
Retomar GT de construção de escolas	CGIQC/DMES P		Portaria de criação do GT com composição atualizada	Reunir o GT de construção de escolas	Reunir o GT de construção de escolas	Reunir o GT de construção de escolas	Reunir o GT de construção de escolas	A definir
Acompanhar o Catrapoa	CGIQC/DMES P		Reuniões do Catrapoa	Divulgar encaminhamentos do Catrapoa para os entes federados	Divulgar encaminhamentos do Catrapoa para os entes federados	Divulgar encaminhamentos do Catrapoa para os entes federados	Divulgar encaminhamentos do Catrapoa para os entes federados	Não se aplica

Retomar reuniões com o Ministério de Minas e Energia (MME)	CGIQC/DMESP		Reunião com MME	Reunir com o MME	Reunir com o MME	Reunir com o MME	Reunir com o MME	Não se aplica
--	-------------	--	-----------------	------------------	------------------	------------------	------------------	---------------

Objetivo 2: Superar entraves burocráticos à adequação da infraestrutura.

Iniciativa	Responsável principal	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Construir e equipar as Escolas Indígenas	Secretarias de Educação dos estados, municípios e DF	MEC/FNDE	Escolas indígenas construídas	Planos estaduais de EEI				A definir
Disponibilizar merenda específica de acordo com os hábitos alimentares de cada povo indígena	Secretarias de Educação dos estados, municípios e DF	MEC/FNDE	Merenda específica disponibilizada	Planos estaduais de EEI				
Fornecer energia elétrica para as escolas indígenas	Secretarias de Educação dos estados, municípios e DF	MEC/FNDE	Energia elétrica fornecida	Planos estaduais de EEI				
Fornecer e promover a manutenção de transporte escolar	Secretarias de Educação dos estados, municípios e DF	MEC/FNDE	Transporte fornecido	Planos estaduais de EEI				

Objetivo 3: Capacitar as redes de educação em gestão de infraestrutura.

Iniciativa	Responsável principal	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Realizar webconferências com as redes	CGIQC/DMESP	FNDE	Webconferências	Realizar Webconferências	Realizar Webconferências	Realizar Webconferências	Realizar Webconferências	Não se aplica

Objetivo 4: Apoiar a elaboração de protocolos de consulta.

Iniciativa	Responsável principal	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Articular com a Funai a elaboração de protocolos de consulta	CGIQC/DMESP e Funai		Protocolos de consulta atualizados	Criar e adequar protocolos de consulta	Criar e adequar protocolos de consulta	Criar e adequar protocolos de consulta	Criar e adequar protocolos de consulta	A definir

Eixo 4 – Práticas pedagógicas e material didático

Resultado final esperado: Práticas pedagógicas e material didático específicos para EEI.

Objetivo 1: Atualizar o Referencial Curricular Indígena e os currículos estaduais, conforme a BNCC.

Iniciativa	Responsável	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Atualizar o Referencial Curricular (1998) com base na BNCC	CGIQC/DMESP		Referencial curricular intercultural da EEI atualizado	Criar Comissão de atualização do Referencial Curricular e estratégias de mobilização	Reunir com a Comissão	Apresentar Referencial Curricular atualizado e estratégias de mobilização	Divulgar Referencial curricular para as redes	A definir
Participar dos comitês estaduais de elaboração de currículos estaduais (BNCC)	Secretarias estaduais, municipais, DF e professores indígenas	Organizações indígenas	Currículos estaduais elaborados					

Objetivo 2: Apoiar a produção, publicação, distribuição de materiais didáticos e paradidáticos interculturais, bilíngues, multilíngues e específicos para a EEI.

Iniciativa	Responsável principal	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Elaborar diretrizes para produção/publicação/distribuição de materiais didáticos da EEI	CNE	CGIQC/DMESP e FND	Diretrizes	Contratar consultoria (ver	Divulgar Diretrizes para materiais	-	-	Não se aplica

				CAPEMA)	didáticos da EEI			
Estimular linhas de pesquisa e capacitar professores na temática da produção de materiais didáticos da EEI no âmbito da formação inicial e continuada	CGIQC/DMESP		Linhas de pesquisa criadas	Levantar linhas de pesquisa e produção de material didático nos programas de formação	Revisar editais da formação	Revisar editais da formação	Revisar editais da formação	A definir
Criar estratégias de acompanhamento das publicações e de utilização das publicações nas escolas indígenas	CGIQC/DMESP		Estratégias de acompanhamento	Retomar o CAPEMA	Reunir CAPEMA	Reunir CAPEMA	Reunir CAPEMA	A definir
Avaliar como a especificidade indígena integra o PNLD e o PNBE	CGIQC/DMESP		Relatório	Avaliar as resoluções dos programas e materiais produzidos	Avaliar as resoluções dos programas e materiais produzidos	Avaliar as resoluções dos programas e materiais produzidos	Avaliar as resoluções dos programas e materiais produzidos	Não se aplica
Viabilizar os recursos do PAR para oficinas de elaboração de material didático e publicação	CGIQC/DMESP e FNDE		Oficinas de elaboração de material didático e publicação	Avaliar gastos do PAR com materiais didáticos e listar casos de referência	Realizar oficinas	Realizar oficinas	Realizar oficinas	A definir
Produzir e reeditar materiais didáticos da EEI	Secretarias estaduais, municipais e DF		Materiais didáticos da EEI produzidos					

Eixo 5 – Valorização e formação de professores indígenas

Resultado final esperado: Valorização e formação específica de professores indígenas.

Objetivo 1: Apoiar a oferta de formação inicial e continuada de professores indígenas pelas IES.

Iniciativa	Responsável principal	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Definir custo-aluno para formação em regime de alternância	CGIQC/DMESP e Andifes		Custo-aluno definido	Reativar o GT com a Andifes	Reunir com o GT para definir custo-aluno	-	-	A definir
Estimular linhas de pesquisa sobre EEI nas IES	CGIQC/DMESP e Capes		Linhas de pesquisa instituídas	Articular com a Capes conversa sobre linhas de pesquisa na temática EEI	Articular com a Capes conversa sobre linhas de pesquisa na temática EEI	Articular com a Capes conversa sobre linhas de pesquisa na temática EEI	Articular com a Capes conversa sobre linhas de pesquisa na temática EEI	Não se aplica
Fomentar o Prolind	CGIQC/DMESP		Edital do Prolind	Acompanhar os TEDs de 2018	Lançar novo edital do Prolind	Lançar novo edital do Prolind	Lançar novo edital do Prolind	A definir
Realizar encontros nacionais do Prolind	CGIQC/DMESP		Encontro de formação	1 Encontro de formação	1 Encontro de formação	1 Encontro de formação	1 Encontro de formação	A definir
Fomentar a Ação Saberes	CGIQC/DMESP		TEDs da Ação Saberes	Ampliar o número de IES que	Fomentar novos TEDs	Fomentar novos TEDs	Fomentar novos TEDs	A definir

Indígenas na Escola			Indígenas	ofertam a ação, no mínimo 6 novos TEDs				
Realizar encontros nacionais da Ação Saberes Indígenas na Escola	CGIQC/DMESP		Encontro de formação	1 Encontro de formação	1 Encontro de formação	1 Encontro de formação	1 Encontro de formação	A definir
Proporcionar intercâmbios entre professores indígenas	CGIQC/DMESP		Intercâmbios de formação de professores	Identificar e divulgar experiências de intercâmbio	Instituir linhas de intercâmbio nas formações	Instituir linhas de intercâmbio nas formações	Instituir linhas de intercâmbio nas formações	A definir

Objetivo 2: Apoiar a criação da carreira de professor indígena nas redes públicas de ensino.

Iniciativa	Responsável principal	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Instituir GT com o MPF para discutir situação funcional dos professores indígenas	CGIQC/DMESP e MPF		GT com MPF instituído	Instituir e reunir com o GT	Reunir com o GT	Reunir com o GT	Reunir com o GT	Não se aplica
Criar por lei categoria de professor indígena nas redes de ensino	Secretarias de Educação dos estados, municípios e DF		Carreiras de professor indígena criadas					

Eixo 6 - Oferta da Educação escolar indígena

Resultado final: Oferta específica e intercultural de educação infantil, ensino médio, educação profissional, EJA e ensino superior para os povos indígenas.

Objetivo 1: Apoiar a oferta de Educação infantil.

Iniciativa	Responsável	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Elaborar um documento orientador sobre a oferta da educação infantil nas escolas indígenas, identificando experiências exitosas	CNEEI, CGIQC/DMESP, SEB e Funai		Referencial de educação infantil para escolas indígenas	Criar GT com a SEB para elaborar um referencial de educação infantil indígena	Apresentar e divulgar Referencial de educação infantil indígena	Divulgar Referencial de educação infantil indígena para as redes	-	Não se aplica
Ofertar e monitorar a demanda educação infantil nas escolas indígenas	Secretarias estaduais, municipais e DF		Matrículas na educação infantil					

Objetivo 2: Apoiar a ampliação da oferta do ensino médio nas escolas indígenas

Iniciativa	Responsável	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Criar GT com a SETEC e IFs convidados para pactuar a oferta de educação profissional técnica de nível médio indígena	CGIQC/DMESP, SETEC e Funai		Número de matrículas na educação profissional técnica de nível médio indígena	Criar GT	Acompanhar a oferta de educação profissional técnica de nível médio indígena	Acompanhar a oferta de educação profissional técnica de nível médio indígena	Acompanhar a oferta de educação profissional técnica de nível médio indígena	A definir
Ampliar a oferta de educação profissional técnica de nível médio indígena	IFs e Secretarias de educação	SETEC						
Ampliar a oferta de ensino médio indígena	Secretarias estaduais e DF	CGIQC/DMESP e SEB						

Objetivo 3: Apoiar a ampliação da oferta de EJA integrada à Educação profissional.

Iniciativa	Responsável principal	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Criar GT com a SETEC e IFs convidados para pactuar a oferta de EJA integrada	CGIQC/DMESP, SETEC e Funai		Número de matrículas na EJA integrada à educação profissional indígena	Criar GT	Acompanhar a oferta de EJA integrada à educação profissional indígena	Acompanhar a oferta de EJA integrada à educação profissional indígena	Acompanhar a oferta de EJA integrada à educação profissional indígena	A definir

à educação profissional indígena								
Ampliar a oferta de EJA integrada à educação profissional indígena	IFs, Secretarias estaduais, municipais e DF		Número de matrículas na EJA integrada à educação profissional indígena	Criar GT com a SETEC e IFs convidados para pactuar a oferta de EJA integrada à educação profissional indígena	Acompanhar a oferta de EJA integrada à educação profissional indígena	Acompanhar a oferta de EJA integrada à educação profissional indígena	Acompanhar a oferta de EJA integrada à educação profissional indígena	A definir

Objetivo 4: Apoiar políticas de acesso e permanência no Ensino superior.

Iniciativa	Responsável principal	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Fortalecer a política de cotas	CGIQC/DMESP e Sesu		Relatório de avaliação da política de cotas nas IES	Elaborar Relatório de avaliação da política de cotas nas IES	Acompanhar e fortalecer a política de cotas nas IES	Acompanhar e fortalecer a política de cotas nas IES	Acompanhar e fortalecer a política de cotas nas IES	A definir
Fortalecer vestibular específico indígena	CGIQC/DMESP e Sesu		Relatório de avaliação de vestibulares específicos indígenas	Relatório de avaliação de vestibulares específicos indígenas	Acompanhar e fortalecer os vestibulares específicos	Acompanhar e fortalecer os vestibulares específicos	Acompanhar e fortalecer os vestibulares específicos	A definir
Fortalecer políticas de permanência	CGIQC/DMESP e Sesu		Relatório de avaliação das políticas de permanência	Elaborar Relatório de avaliação das políticas de permanência	Acompanhar e fortalecer as políticas de permanência	Acompanhar e fortalecer as políticas de permanência	Acompanhar e fortalecer as políticas de permanência	A definir

Objetivo 5: Monitorar a oferta e a organização da EEI.

Iniciativa	Responsável principal	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Monitorar e acompanhar a oferta e a organização da EEI	CGIQC/DMESP		Plano de monitoramento	Planejar plano de monitoramento da oferta da EEI	Realizar visitas de monitoramento da oferta da EEI	Realizar visitas de monitoramento da oferta da EEI	Realizar visitas de monitoramento da oferta da EEI	A definir

Eixo 7 – Sistema de Avaliação específico e intercultural da EEI

Resultado final esperado: Sistema de avaliação específico e intercultural da EEI.

Objetivo 1: Criar Sistema de Avaliação específico e intercultural da EEI.

Iniciativa	Responsável principal	Corresponsáveis	Indicador	Meta de Execução				Fonte
				2020	2021	2022	2023	
Criar indicadores interculturais no Censo da Educação Básica	CGIQC/DMESP e Inep		Indicadores interculturais no Censo da Educação Básica	Criar GT com o INEP e CNEEI para definir indicadores interculturais no	Manter GT	Manter GT	Manter GT	A definir

Criar Censo escolar específico da EEI	CGIQC/DMESP e Inep		Censo escolar específico da EEI	Censo da Educação Básica, criar Censo escolar específico da EEI e elaborar diretrizes de avaliação					A definir
Elaborar diretrizes/orientações sobre avaliação da EEI	CGIQC/DMESP e Sese		Relatório de avaliação do Bolsa permanência						A definir